



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SMG

Concurso Público

001. PROVA OBJETIVA
(Conhecimentos Gerais e Específicos)

Auditor Municipal de Controle Interno
(Correição / Geral / Infraestrutura)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

Prédio

Sala

Carteira

Inscrição

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 e 02.



(Dik Browne. Hagar, o Horrível. Folha de S.Paulo, 27.09.2015)

01. A fala da mulher permite inferir que, ao treinar o cão, ela pretendeu

- (A) reproduzir as ordens do marido.
- (B) tornar-se superior ao marido.
- (C) mostrar-se preocupada com o marido.
- (D) manter-se submissa ao marido.
- (E) contestar a autoridade do marido.

02. Em norma-padrão da língua portuguesa e em conformidade com os sentidos da tira, a resposta da mulher à pergunta “O que ensinou a ele?” poderia ser:

- (A) Ensinei-o o questionamento da autoridade.
- (B) Eu ensinei ele a questionar a autoridade.
- (C) Eu o ensinei que questionasse a autoridade.
- (D) Lhe ensinei a questionar a autoridade.
- (E) Eu ensinei-lhe que questionasse a autoridade.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 08.

Para avaliar a importância da diversidade nas cidades, é preciso entender a extensão de sua conceituação. Seu significado vai desde a mistura de usos e atividades até a existência de uma grande variedade de estruturas urbanas e a garantia do direito à cidade pelos mais diversos grupos sociais.

Esse conceito contraria o modelo de planejamento voltado à segregação de áreas homogêneas no tecido urbano. O encorajamento do pluralismo, em busca da diversidade, pode, de fato, ser mais um ativo importante do que uma ameaça.

Estabelecer mecanismos que permitam às pessoas dos mais variados grupos étnicos e sociais terem direitos iguais aos espaços da cidade vai além da eficiência urbana e equidade. Conduz à urbanidade. A diversidade tem sido apontada como fator essencial para o funcionamento, o crescimento econômico e a atratividade das cidades.

Para alguns pesquisadores, a diversidade deve ser focada nos espaços públicos, tornando cada área residencial um microcosmo da cidade, enfatizando-se a importância de prover espaços que ofereçam elevados níveis de interação entre as pessoas dos mais diferentes espectros sociais.

Todavia, outras formas de diversidade são igualmente importantes no desenvolvimento urbano.

As metrópoles de hoje estão se desenvolvendo rapidamente em cidades criativas, principalmente no que diz respeito às suas funções e ao capital humano. Elas são socialmente diversificadas como resultado da intensificação da migração e das diferenças socioeconômicas, revelando, ainda, múltiplas dimensões da identidade individual.

A convivência com a diversidade, que toca em várias áreas da vida urbana, embora se constitua em um enorme desafio, ao mesmo tempo pode ser um recurso significativo das cidades contemporâneas.

Portanto, embora seja importante descobrir caminhos para planejar a cidade plural, não menos importante é encontrar ferramentas que possam medir essa diversidade, de tal forma que ela possa ser avaliada e comparada em suas várias regiões.

(Claudio Bernardes. Opinião. Folha de S.Paulo, 03.08.2015)

03. As informações do texto mostram que a diversidade é um tema

- (A) de expressivo valor para as políticas públicas, propondo-se ações que visem minimizar o impacto social das subjetividades dos cidadãos nos espaços públicos.
- (B) de pouco interesse para as políticas públicas, avaliando-se que a migração e as diferenças socioeconômicas atrapalham ações voltadas para os espaços públicos.
- (C) de questionável validade para as políticas públicas, considerando-se que elas dificilmente podem romper com a desigualdade social vigente.
- (D) de interesse para as políticas públicas, pensando-se nas possibilidades de uso dos espaços públicos na promoção de interação entre as pessoas.
- (E) de amplitude para as políticas públicas, efetivando-se na análise dos diferentes grupos sociais de modo a promover a homogeneização cultural.

04. A conceituação de “diversidade” apresentada no primeiro parágrafo do texto harmoniza-se com a ideia de que ela pode
- (A) constituir-se em ameaça à organização das cidades.
 - (B) minimizar a intensificação da migração nas cidades.
 - (C) tornar-se um diferencial na organização das cidades.
 - (D) sustentar a segregação de áreas homogêneas das cidades.
 - (E) recrudescer as diferenças econômicas e sociais nas cidades.
05. Nas passagens “vai além da eficiência urbana e **equidade**” (3º parágrafo), “tornando cada área residencial um **microcosmo** da cidade” (4º parágrafo) e “pode ser um recurso **significativo**” (7º parágrafo), os termos em destaque significam, respectivamente,
- (A) contraposição, novo mundo e vivaz.
 - (B) injustiça, espaço ampliado e imprescindível.
 - (C) equilíbrio, mundo interior e relevante.
 - (D) imparcialidade, pequena sociedade e expressivo.
 - (E) retidão, individualidade e interessante.
06. Assinale a alternativa em que as informações se organizam em relação de causa e consequência.
- (A) Seu significado vai desde a mistura de usos e atividades até a existência de uma grande variedade de estruturas urbanas e a garantia do direito à cidade pelos mais diversos grupos sociais.
 - (B) Elas são socialmente diversificadas como resultado da intensificação da migração e das diferenças socioeconômicas, revelando, ainda, múltiplas dimensões da identidade individual.
 - (C) O encorajamento do pluralismo, em busca da diversidade, pode, de fato, ser mais um ativo importante do que uma ameaça.
 - (D) Todavia, outras formas de diversidade são igualmente importantes no desenvolvimento urbano.
 - (E) As metrópoles de hoje estão se desenvolvendo rapidamente em cidades criativas, principalmente no que diz respeito às suas funções e ao capital humano.
07. Considerando o sentido do texto, na oração “Conduz à urbanidade.” (3º parágrafo), o acento indicativo da crase será mantido se o verbo for substituído por
- (A) Leva.
 - (B) Implica.
 - (C) Transmite.
 - (D) Exerce.
 - (E) Rege.
08. Assinale a alternativa correta quanto aos aspectos de colocação pronominal, concordância verbal e concordância nominal.
- (A) Têm-se apontado a diversidade como fator essencial para o funcionamento, o crescimento econômico e a atratividade das cidades. Além disso, outras formas de diversidade tem sido apontado como importante no desenvolvimento urbano.
 - (B) Tem apontado-se a diversidade como fator essencial para o funcionamento, o crescimento econômico e a atratividade das cidades. Além disso, outras formas de diversidade têm sido apontada como importantes no desenvolvimento urbano.
 - (C) Têm apontado-se a diversidade como fator essencial para o funcionamento, o crescimento econômico e a atratividade das cidades. Além disso, outras formas de diversidade tem sido apontados como importante no desenvolvimento urbano.
 - (D) Tem-se apontado a diversidade como fator essencial para o funcionamento, o crescimento econômico e a atratividade das cidades. Além disso, outras formas de diversidade têm sido apontadas como importante no desenvolvimento urbano.
 - (E) Tem-se apontado a diversidade como fator essencial para o funcionamento, o crescimento econômico e a atratividade das cidades. Além disso, outras formas de diversidade têm sido apontadas como importantes no desenvolvimento urbano.

09. Existem apenas quatro caminhos para ir de P até Q, apenas dois caminhos para ir de Q até R e apenas três caminhos para ir de R até S. O número de caminhos para ir de P até S, passando, necessariamente, primeiro por Q e depois por R é

- (A) 10.
- (B) 18.
- (C) 24.
- (D) 9.
- (E) 11.

10. Uma loja vende telefones celulares de acordo com a oferta a seguir:

“Compre um celular e só pague daqui a um mês, ou então pague hoje e tenha um desconto de 25%”.

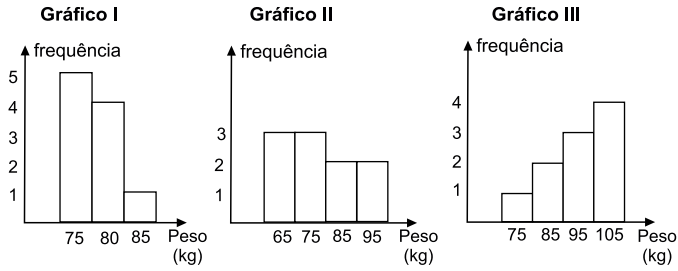
Quem comprar hoje um celular nessa loja e optar pelo pagamento daqui a um mês pagará, de fato, juros a uma taxa de

- (A) 35% ao mês.
- (B) 36,6% ao mês.
- (C) 25% ao mês.
- (D) 33,3% ao mês.
- (E) 27,5% ao mês.

11. Um investidor aplicou a quantia de R\$ 8.000,00 à taxa de juros compostos de 4% a.m.; o montante que esse capital irá gerar em 12 meses pode ser calculado por

- (A) $M = 8000(1 + 12 \times 4)$
- (B) $M = 8000(1 + 0,04)^{12}$
- (C) $M = 8000(1 + 4)^{12}$
- (D) $M = 8000 + 8000(1 + 0,04)^{12}$
- (E) $M = 8000(1 + 12 \times 0,04)$

12. Os gráficos I, II e III apresentam a distribuição dos pesos dos dez componentes de três equipes de vôlei. A tabela a seguir apresenta as medidas Média e Desvio Padrão de cada uma das equipes.

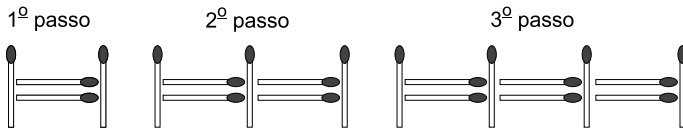


	1	2	3
Média (kg)	95	78	78
Desvio Padrão (kg)	10	3,3	11

Assinale a alternativa que mostra a associação correta entre o gráfico e as medidas para cada equipe.

- (A) I e 2, II e 3, III e 1.
- (B) I e 3, II e 2, III e 1.
- (C) I e 3, II e 1, III e 2.
- (D) I e 1, II e 2, III e 3.
- (E) I e 2, II e 1, III e 3.

13. As figuras a seguir representam os três primeiros passos de um total de 31 de uma sequência que será composta apenas por palitos de fósforo.



O total de palitos de fósforo do 31º passo será

- (A) 97.
- (B) 93.
- (C) 124.
- (D) 103.
- (E) 94.

14. Uma loja de informática tinha um estoque de 150 *tablets* de um determinado tipo. Foram vendidos inicialmente apenas $\frac{2}{5}$ desse estoque. Para vender os demais *tablets*, o gerente

anunciou um desconto de R\$ 125,00 no valor de cada *tablet* restante. Desse modo, todos os demais *tablets* foram vendidos. Se o total arrecadado com a venda de todo o referido estoque foi de R\$ 60.750,00, pode-se concluir que o preço sem desconto, cobrado inicialmente para cada *tablet*, era de

- (A) R\$ 360,00.
- (B) R\$ 375,00.
- (C) R\$ 500,00.
- (D) R\$ 480,00.
- (E) R\$ 420,00.

15. Nos anos 1930 começa, ainda de forma tímida, uma mudança de padrão no funcionamento do Estado brasileiro. O Estado passa a intervir no processo de produção de bens e serviços e vai saindo de uma forma colonial para um modelo de Estado que privilegia a racionalização, a padronização e a legalidade em todas as áreas de sua atuação, provocando, pela primeira vez, a modernização administrativa. Esse modelo é o
- (A) patrimonialista.
 - (B) sistêmico.
 - (C) burocrático.
 - (D) oligárquico.
 - (E) funcional.
16. Embora o Estado brasileiro se declare federalista desde a Constituição de 1891, alguns autores dizem que esse federalismo é distinto do federalismo de outros países. Essa distinção mostra o Estado brasileiro, principalmente em termos tributários, como uma federação com cunho fortemente
- (A) centralizador.
 - (B) descentralizador.
 - (C) democrático.
 - (D) desenvolvimentista.
 - (E) conservador.
17. O instrumento balizador da reforma e modernização do Estado brasileiro, em 1995, rumo à Nova Gestão Pública (NGP) que pretendeu eliminar, entre outras coisas, o elevado déficit de desempenho da Administração Pública na prestação dos serviços públicos, foi o
- (A) Plano de Reforma do Serviço Público.
 - (B) Plano Nacional de Desenvolvimento.
 - (C) Plano de Metas.
 - (D) Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.
 - (E) Programa Nacional de Desburocratização.
18. Uma ideia de *accountability*, comumente aceita e genérica, é a que se refere ao controle e à fiscalização dos agentes públicos que têm a obrigação de prestar contas sobre o uso adequado dos recursos e o cumprimento de suas promessas.
- Assinale a alternativa que contém um instrumento relativo ao *accountability* vertical.
- (A) Fiscalização de Tribunais de Contas.
 - (B) Controle do Ministério Público.
 - (C) Controle de Ouvidoria Pública.
 - (D) Monitoramento de Agência Governamental.
 - (E) Mecanismos de consulta pública.
19. O conceito de governança nas organizações públicas refere-se à forma como o aparelho do Estado exerce suas funções e à qualidade do exercício do poder no atendimento às demandas dos cidadãos. Do ponto de vista político, portanto, a governança na Administração Pública deve ter como uma de suas referências a
- (A) responsabilização pela gestão financeira.
 - (B) democracia participativa.
 - (C) eficiência no uso dos recursos.
 - (D) eficácia no atingimento dos resultados.
 - (E) primazia de ações assistencialistas.
20. Um dos requisitos importantes para a parceria entre o setor público e as organizações sociais, e para que a organização se qualifique, é a participação de membros do Poder Público em seu Conselho de Administração, definidos em estatuto da entidade. A proporção exigida é
- (A) de 30 a 40% (trinta a quarenta por cento).
 - (B) de 20 a 40% (vinte a quarenta por cento).
 - (C) de 10 a 20% (dez a vinte por cento).
 - (D) de 20 a 30% (vinte a trinta por cento).
 - (E) até 10% (dez por cento).

21. Quanto ao disposto na Lei Complementar nº 135/2010, “Lei da Ficha Limpa”, assinale a afirmação correta.

- (A) O registro de candidato poderá ser impugnado pelo representante do Ministério Público, mesmo que, nos 4 (quatro) anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.
- (B) Os indivíduos que, até 6 (seis) meses antes da eleição, tiverem competência ou interesse, direta, indireta ou eventualmente, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades, são inelegíveis para Presidente e Vice-Presidente da República.
- (C) Os indivíduos que tenham, dentro dos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo Poder Público ou com recursos arrecadados e repassados pela Previdência Social, são inelegíveis para Presidente e Vice-Presidente da República.
- (D) A arguição de inelegibilidade ou a impugnação de registro de candidato feita por interferência do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade constituem crime eleitoral e a pena é a detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, a multa, de 30 (trinta) a 60 (sessenta) vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) e, no caso de sua extinção, de título público que o substitua.
- (E) O Tribunal Superior Eleitoral fará a arguição de inelegibilidade quando se tratar de candidatos a Presidente ou Vice-Presidente da República, Senador, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital, bem como a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

22. A Lei de Responsabilidade Fiscal procura definir o que se entende como “responsabilidade na gestão fiscal”, e dentre outros postulados, dispõe sobre **renúncia de receita**. Quanto a esse postulado, a Lei estabelece

- (A) penalidades e sanções.
- (B) pontos fracos e oportunidades.
- (C) limites e condições.
- (D) planejamento orçamentário.
- (E) ponto de equilíbrio.

23. Obra de corredor de ônibus na capital paulista conta com recursos oriundos do Governo Federal, razão pela qual a Controladoria Geral da União (CGU) solicita informações sobre a licitação de tal obra à Controladoria Geral do Município (CGM). Na qualidade de Auditor Municipal de Controle Interno da CGM, sua conduta deverá ser de

- (A) prestar as informações solicitadas, pois a CGU é um órgão que auxilia o Tribunal de Contas da União na realização do controle externo da fiscalização dos recursos públicos federais repassados aos Municípios, sem prejuízo da realização do controle interno pelo Poder Executivo da União e das próprias Municipalidades.
- (B) prestar as informações solicitadas, considerando que, apesar de a CGU ser um órgão de controle interno, criado com fundamento no artigo 74 da Constituição Federal, recaindo seu controle exclusivamente sobre as verbas provenientes do orçamento do Executivo da União, pode sua atuação alcançar os recursos federais onde quer que eles estejam sendo aplicados, mesmo que em outro ente federado, como, no caso, no Município de São Paulo.
- (C) negar o envio das informações, pois a CGU não é órgão voltado à fiscalização dos Municípios ou dos Estados, tendo sido criada para servir de controle interno da União e admitir sua atuação em relação a outros entes da Federação, no caso, em relação ao Município de São Paulo, seria uma violação da autonomia municipal e uma aplicação equivocada dos preceitos contidos no artigo 74 da Constituição Federal.
- (D) negar o envio de quaisquer informações, apesar da solicitação realizada pela CGU, pois a fiscalização da aplicação do repasse de recursos públicos federais para outros entes da Federação foi exclusivamente outorgada pela Constituição da República ao Tribunal de Contas da União.
- (E) prestar informações a partir do efetivo desembolso dos recursos federais, pois o controle interno pode ser exercido pela CGU junto ao Município de São Paulo, mas somente em caráter concomitante ou posterior ao efetivo desembolso e não em caráter prévio, pois a responsabilidade da União é limitada ao aporte de recursos, cabendo o controle prévio da licitação exclusivamente à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da CGM.

24. A respeito dos meios pelos quais se realizam os controles da Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) os recursos administrativos são instrumentos formais de controle administrativo, por meio dos quais o interessado postula, junto a órgãos da Administração, a revisão de determinado ato administrativo.
 - (B) o controle judicial incide especificamente sobre a atividade administrativa do Estado, alcançando os atos administrativos do Executivo e do Legislativo, mas não incidindo sobre o próprio Judiciário, apesar deste desempenhar a atividade administrativa em larga escala.
 - (C) embora o mandado de segurança seja um instrumento de controle da Administração Pública no enfrentamento de atos estatais irregulares, é pacífico o entendimento de que o *mandamus* não é cabível contra atos omissivos ou omissões administrativas.
 - (D) o Judiciário não pode substituir os critérios internos e exclusivos outorgados aos Poderes pela Constituição, razão pela qual os atos *interna corporis* praticados pelos Poderes Legislativo e Judiciário não podem ser submetidos ao controle judicial, ainda que contenham vícios de ilegalidade ou de inconstitucionalidade.
 - (E) como os indivíduos podem formular aos órgãos públicos qualquer tipo de postulação em decorrência do direito de petição, ele serve de mecanismo de controle administrativo, ainda que este poder jurídico do indivíduo permita dirigir-se aos órgãos públicos, sem, no entanto, garantir que deles possa ser obtida a devida resposta.
25. Assinale a alternativa que corretamente disserta sobre a natureza jurídica, funções e eficácia das decisões dos Tribunais de Contas e a possibilidade de revisão de tais decisões pelo Poder Judiciário.
- (A) A Constituição aquinhoa o Tribunal de Contas com competências que não são do Congresso Nacional e com competências que não são do Poder Judiciário, portanto as decisões das Cortes de Contas, pela separação de poderes, não são passíveis de revisão pelo Poder Legislativo ou pelo Poder Judiciário.
 - (B) No julgamento das contas de responsáveis por haveres públicos, a competência é não exclusiva dos Tribunais de Contas, cabendo tal atribuição também ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário, por intermédio das ações de improbidade administrativa.
 - (C) O Poder Judiciário tem a força da revisibilidade das decisões do Tribunal de Contas, tanto no plano meramente formal, quanto no plano do mérito da decisão, em relação ao controle orçamentário, contábil, financeiro, operacional e patrimonial, próprio das Cortes de Contas.
 - (D) A decisão judicial em sede penal é incapaz de gerar direito líquido e certo de impedir o Tribunal de Contas de proceder à tomada de contas, exceto se concluir pela não ocorrência material do fato ou pela negativa de autoria.
 - (E) O ajuizamento de ação civil pública retira a competência do Tribunal de Contas de instaurar a tomada de contas especial e condenar o responsável a ressarcir ao erário os valores indevidamente percebidos.

26. Nos termos da Lei Municipal nº 9.167/80, com as alterações posteriores, é correto afirmar que

- (A) o Tribunal de Contas do Município de São Paulo emitirá parecer a respeito de dúvidas suscitadas na execução de disposições legais concernentes a matéria financeira e orçamentária, podendo tal consulta ser veiculada por qualquer servidor da Administração Pública Direta ou Indireta.
- (B) constatando o Tribunal de Contas do Município de São Paulo que a representação recebida é inepta, ou que não possui fundamentação jurídica, serão comunicadas as pessoas físicas ou jurídicas interessadas na representação para que apresentem emenda, sob pena de indeferimento.
- (C) ao responsável que não prestar contas de adiantamento, ou as apresentar fora do prazo, poderá o Tribunal de Contas do Município de São Paulo aplicar multa que variará de uma a cinquenta vezes o valor da Unidade de Valor Fiscal do Município de São Paulo – UFM.
- (D) desde a posse, é vedado aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, sob pena de perda do cargo, mediante sentença judicial transitada em julgado, exercer cargo de direção de associação de classe, ainda que sem remuneração.
- (E) compete ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo assinar prazo para que o órgão da Administração Pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificar ilegalidade ou irregularidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos, aposentadorias, transações e pensões concedidas pelo Município.

27. Considere a seguinte situação hipotética. Médico cirurgião ortopedista, lotado em função comissionada que lhe torna autoridade da Alta Administração, João é servidor da Prefeitura de São Paulo, vinculado à Autarquia Hospitalar Municipal, participando regularmente da comissão de licitação da unidade quando o certame visa à aquisição de próteses ortopédicas a serem utilizadas em pacientes da rede pública. João é convidado por empresa fornecedora de próteses ortopédicas “X” para participar de congresso, que está sendo promovido pela própria empresa e será realizado na Califórnia, Estados Unidos. A empresa fornecedora de próteses “X” arcará com todas as despesas de viagem, em especial com as passagens aéreas e hospedagens, pelo período de 7 (sete) dias, para João e um acompanhante.

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 56.130/2015, que instituiu o Código de Conduta Funcional dos Agentes Públicos e da Alta Administração Municipal,

- (A) João poderá aceitar a proposta da empresa “X”, desde que autorizado para tanto pelo dirigente máximo da entidade a que se encontra vinculado, qual seja, o Superintendente da Autarquia Hospitalar Municipal.
- (B) João poderá aceitar a proposta da empresa “X”, desde que comunique previamente a Controladoria Geral do Município a respeito do pagamento das despesas da viagem.
- (C) João não deverá aceitar a proposta da empresa “X”, pois esta poderá ter interesse em decisão a ser tomada por João, na qualidade de autoridade pública.
- (D) João não deverá aceitar a proposta da empresa “X”, pois o Código de Conduta Funcional proíbe expressamente qualquer tipo de remuneração ou auxílio para participação em congressos para titulares de cargos públicos municipais.
- (E) não há qualquer previsão que impeça que João aceite a proposta da empresa “X” e, ao mesmo tempo, exerça suas funções junto à comissão de licitações.

28. Considere a seguinte situação hipotética. A fim de frustrar o caráter competitivo de procedimento licitatório, as empresas A, B e C combinam previamente os preços a ser praticados no certame, de modo que como o objeto da contratação está dividido em 3 (três) lotes, cada uma será aquinhoadada com um lote. As empresas logram êxito e obtêm as contratações almejadas. No entanto, é recebida na Controladoria Geral do Município denúncia acerca da prévia combinação e do conluio ocorridos que enseja apuração que amealha dados suficientes para instaurar o processo administrativo de responsabilização previsto na Lei Federal nº 12.846/13. Considerando o disposto na referida norma federal e no Decreto Municipal nº 55.107/14, é correto afirmar que
- (A) qualquer uma das empresas A, B ou C poderá apresentar proposta de acordo de leniência, obrigatoriamente por escrito, que deverá conter, no mínimo, a previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber, o resumo da prática supostamente ilícita e a descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.
 - (B) se houver indícios de fraude ou graves irregularidades, risco de dano irreparável ou de difícil reparação ou, ainda, motivo grave que coloque em risco o interesse público, o Prefeito Municipal, em competência indelegável, poderá, cautelarmente, suspender os efeitos do ato ou processo relacionado ao objeto da investigação.
 - (C) cabe à Controladoria Geral do Município a celebração do acordo de leniência, competência esta que pode ser delegada aos Secretários de Estado, e aos dirigentes máximos das Autarquias Municipais e Fundações Públicas, não se estendendo, no entanto, aos dirigentes das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Municipais.
 - (D) se a comissão processante, ainda que antes da finalização do relatório, constatar suposta ocorrência de uma das situações previstas na Lei Federal nº 12.846/13, que autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, dará ciência à pessoa jurídica e citará os administradores e sócios com poderes de administração, informando sobre a possibilidade de a eles serem estendidos os efeitos das sanções que porventura venham a ser aplicadas àquela, a fim de que exerçam o direito ao contraditório e à ampla defesa.
 - (E) a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, serão levados em consideração durante a sindicância, que constitui investigação preliminar, sigilosa e não punitiva, e visa obter maiores informações do suposto ilícito e indícios de sua autoria.
29. Acerca dos procedimentos e providências previstos no Decreto Municipal nº 53.623/12, que regulamenta o direito de acesso à informação previsto na Lei Federal nº 12.527/12, é correto afirmar que
- (A) o pedido de informação deve ser conhecido e, se o caso, atendido mesmo que não contiver o número de documento de identificação válido do requerente.
 - (B) resultados de inspeções, auditorias e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno não se submetem à regra de transparência ativa de divulgação de informações de caráter geral.
 - (C) as entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos estão obrigadas a dar publicidade de cópia do estatuto social atualizado da entidade, mas não de relação nominal atualizada de seus dirigentes.
 - (D) se o pedido demandar trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, o prazo inicial poderá ser prorrogado por mais 20 (vinte) dias.
 - (E) deverão ser divulgados no Portal da Transparência da Administração Pública Municipal os contratos e convênios, na íntegra.
30. Sobre a obrigatoriedade de apresentação, pelos agentes públicos municipais, de declaração de bens e valores para a posse e exercício de mandatos, cargos, funções ou empregos nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo, prevista no Decreto nº 53.929/13, é correto afirmar que
- (A) abrange somente os servidores obrigados a apresentar a Declaração Anual de Imposto de Renda Pessoa Física à Receita Federal do Brasil.
 - (B) abrange os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante.
 - (C) os agentes públicos que se encontrarem, a qualquer título, regularmente afastados ou licenciados até o dia 31 de maio, estão dispensados da obrigação de apresentar a declaração.
 - (D) a não apresentação da declaração de bens e valores nos prazos fixados acarreta a suspensão dos vencimentos até o cumprimento da obrigação, bem como a imposição de multa.
 - (E) a relação dos agentes públicos que não houverem apresentado a declaração no prazo será publicada no Diário Oficial, no mês de agosto, com prazo de 10 (dez) dias para regularização.

31. Assinale a alternativa correta a respeito da ADI (ação direta de inconstitucionalidade).

- (A) A exemplo de outras pessoas jurídicas de direito público e do Ministério Público, quando o Município for parte na ADI, terá prazo em quádruplo para contestar a ação e em dobro para recorrer.
- (B) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da Constituição Federal, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
- (C) O Município pode ingressar nos autos da ADI como assistente do autor da ação, como uma das modalidades admitidas de intervenção de terceiros, desde que demonstrado o interesse direto no julgamento do feito.
- (D) É incabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental tendo por objeto lei municipal confrontada perante a Constituição Federal.
- (E) Como regra geral, é desnecessário o trânsito em julgado para que a decisão proferida no julgamento de mérito em ADI seja cumprida, bastando a publicação da ata de julgamento no diário oficial da justiça.

32. A respeito dos remédios constitucionais previstos na Carta Magna brasileira, é correto afirmar que

- (A) o mandado de segurança pode ser preventivo e repressivo e não se sujeita a prazo prescricional ou decadencial.
- (B) o *habeas data* se destina à obtenção de certidões ou informações de interesse particular, coletivo ou geral.
- (C) a ação popular não pode ser ajuizada pelo Ministério Público, pessoas jurídicas e menores de dezesseis anos de idade.
- (D) o *habeas corpus*, como garantia do direito de locomoção, é gratuito e não dispensa a sua impetração por meio de advogado.
- (E) o mandado de injunção pode ser ajuizado em face de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado.

33. De acordo com o que dispõe, expressamente, a Constituição Federal, os Municípios têm direito, dentre outras, à seguinte receita tributária:

- (A) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (B) sessenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- (C) trinta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- (D) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, desde que o *de cujus* tenha falecido no seu território ou que os bens estejam nele situados.
- (E) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos dos servidores municipais.

34. A competência constitucional para legislar sobre orçamento é

- (A) concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal.
- (B) privativa dos Estados, podendo ser suplementada pelos Municípios.
- (C) concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (D) privativa da União.
- (E) comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

35. A empresa de direito privado “X” foi regularmente contratada pelo Município para prestar determinado serviço público. Durante a execução do serviço, a empresa “X”, por uma ação do seu funcionário, veio a causar prejuízo financeiro à empresa “Y”, não usuária do referido serviço. Nessa situação, segundo o disposto na Constituição Federal e o entendimento do STF, a respeito da eventual responsabilidade da empresa “X”, é correto afirmar que
- (A) tem responsabilidade subsidiária e o Município contratante responsabilidade objetiva.
 - (B) tem responsabilidade subjetiva e solidária com o Município contratante.
 - (C) não responde diretamente pelo prejuízo causado, vez que essa responsabilidade é do Município que a contratou.
 - (D) responde por responsabilidade objetiva, mesmo a empresa “Y” não sendo usuária do serviço.
 - (E) responde por responsabilidade subjetiva, tendo em vista que a prejudicada não é usuária do serviço.
36. Segundo o disposto na Constituição Federal, cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida
- (A) der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.
 - (B) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.
 - (C) declarar a inconstitucionalidade de tratado, de lei federal ou lei estadual.
 - (D) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.
 - (E) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.
38. Considerando que a Prefeitura de São Paulo, o Governo do Estado e a construtora “XYZ” desejassem firmar Parceria Público-Privada visando a implantação de moradias populares para atender às famílias que recebem de um a seis salários-mínimos, é correto afirmar, nos termos da Lei nº 11.079/2004, que
- (A) a legislação proíbe a utilização de Parceria Público-Privada para edificação de habitação social.
 - (B) a Parceria Público-Privada deverá ocorrer somente entre a construtora “XYZ” e o Governo do Estado.
 - (C) há possibilidade de implementar a referida Parceria Público-Privada.
 - (D) a Parceria Público-Privada deverá ocorrer somente entre a construtora “XYZ” e a Prefeitura de São Paulo.
 - (E) habitação social é responsabilidade exclusiva do Governo do Estado.
39. No tocante ao controle das atividades da Administração Pública realizado pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), é correto afirmar que se trata de
- (A) controle externo, realizado por órgão independente e autônomo que pertence à estrutura da esfera municipal, competindo ao TCMSP a fiscalização e o controle da receita e da despesa do Município de São Paulo.
 - (B) controle externo, realizado por órgão integrante do Poder Legislativo, competindo ao TCMSP a fiscalização e o controle da receita e da despesa do Município de São Paulo.
 - (C) controle externo, realizado por órgão integrante do Poder Judiciário, competindo ao TCMSP a fiscalização e o controle da receita e da despesa do Município de São Paulo.
 - (D) controle interno, realizado por órgão independente e autônomo, que pertence à estrutura da esfera municipal, competindo ao TCMSP a fiscalização somente das despesas do Município de São Paulo.
 - (E) controle interno, realizado por órgão integrante do Poder Judiciário, competindo ao TCMSP a fiscalização e o controle da receita e da despesa do Município de São Paulo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

37. Existindo vícios de legalidade em concurso público da Prefeitura de São Paulo (Ex.: contratação de parentes de integrantes da comissão organizadora, descumprimento de norma editalícia etc.), é correto afirmar que o Edital do concurso
- (A) poderá ser anulado pelo Ministério Público, após a comprovação de vícios de legalidade.
 - (B) poderá ser anulado pela própria Prefeitura de São Paulo, alicerçada no princípio da autotutela.
 - (C) somente poderá ser anulado pelo Poder Judiciário, após a manifestação do Ministério Público.
 - (D) poderá ser revogado pelo Ministério Público, alicerçado na conveniência e oportunidade do ato administrativo.
 - (E) poderá ser revogado pelo Poder Judiciário, após a comprovação de vícios de legalidade.

40. Na hipótese de um funcionário da Prefeitura Municipal frustrar a licitude de um processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente, é correto afirmar, nos termos da Lei nº 8.429/92, que o funcionário poderá ser investigado pelo cometimento de um ato de improbidade administrativa que
- (A) importa enriquecimento ilícito, sendo que somente o Auditor Municipal poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática do ato.
 - (B) causa lesão ao erário, sendo que somente o Ministério Público poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática do ato.
 - (C) causa lesão ao erário, sendo que somente o Auditor Municipal poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática do ato.
 - (D) causa lesão ao erário, sendo que qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática do ato.
 - (E) importa enriquecimento ilícito, sendo que qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática do ato.
41. Nos termos da Lei Municipal nº 8.989, de 29 de outubro de 1979 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo), é correto afirmar que a conduta do servidor que “referir-se depreciativamente em informação, parecer ou despacho, ou pela imprensa, ou por qualquer meio de divulgação, às autoridades constituídas e aos atos da Administração”
- (A) está prevista como infração funcional de natureza média.
 - (B) foi revogada do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo.
 - (C) é passível de indisponibilidade, após o inquérito administrativo.
 - (D) está prevista como uma das proibições aos servidores.
 - (E) está prevista como infração funcional de natureza grave.
42. Tendo a Prefeitura de São Paulo elaborado novo contrato de gestão com as Organizações Sociais da Saúde e se interessando em expandir a sua utilização para outras áreas (Ex.: cultura, esportes, lazer e recreação), afirma-se corretamente, nos termos da Lei Municipal nº 14.132/2006, com alterações posteriores, e da atual situação das Organizações Sociais do Município de São Paulo, que
- (A) a legislação municipal permite apenas firmar contrato de gestão com as Organizações Sociais da área da saúde e, qualquer ampliação, exigiria uma necessária alteração legislativa.
 - (B) o contrato de gestão é ato discricionário da Prefeitura de São Paulo, podendo, atendidos os princípios da oportunidade e da conveniência, ser firmado com as Organizações Sociais de qualquer área.
 - (C) para firmar contrato de gestão com as Organizações Sociais de outras áreas há necessidade de se promover alteração de Lei Federal que disciplina o assunto, pois a atual legislação somente permite pactuar com a área da saúde.
 - (D) para firmar contrato de gestão, consideram-se como Organizações Sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas apenas às áreas da saúde e da cultura.
 - (E) o Poder Executivo poderá qualificar como Organizações Sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas às áreas de saúde, de cultura e de esportes, lazer e recreação.
43. Na hipótese de um processo administrativo ser extraviado na Administração Pública Municipal, assinale a alternativa correta.
- (A) A Lei nº 14.141, de 27 de março de 2006, que dispõe sobre o processo administrativo na Administração Pública Municipal, determina a instauração imediata de sindicância pela Controladoria Geral do Município.
 - (B) O Decreto nº 51.714, de 13 de agosto de 2010, determina a instauração imediata de inquérito administrativo pela Controladoria Geral do Município, que poderá convocar, a qualquer tempo, servidores para prestar esclarecimentos.
 - (C) Não existe qualquer espécie normativa municipal que contemple o assunto, devendo ser aplicada, subsidiariamente, as legislações estaduais e federais.
 - (D) A Lei nº 14.141, de 27 de março de 2006, prevê que a Comissão Permanente de Processos Extraviados, presidida pela Controladoria Geral do Município, poderá convocar a qualquer tempo, servidores para prestar esclarecimentos.
 - (E) O Decreto nº 51.714, de 13 de agosto de 2010, prevê que a Comissão Permanente de Processos Extraviados poderá convocar, a qualquer tempo, servidores para prestar esclarecimentos.

44. Com relação às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que atuam no Município de São Paulo, é correto afirmar, nos termos da Lei nº 9.790/1999, que
- (A) poderá ser perdida a qualificação de OSCIP por decisão proferida em processo administrativo no qual serão assegurados ampla defesa e o devido contraditório.
 - (B) os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional são passíveis de qualificação como OSCIP.
 - (C) para os efeitos da Lei, considera-se OSCIP a pessoa jurídica de direito privado, mesmo quando esta distribui dividendos entre os seus sócios ou associados.
 - (D) somente por decisão judicial poderá ser perdida a qualificação de OSCIP.
 - (E) podem qualificar-se como OSCIP as pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

45. Com base nos princípios orçamentários, temos que o orçamento
- (A) deve ter discriminada apenas a aplicação dos recursos.
 - (B) deve conter a grande maioria das receitas e despesas do Estado.
 - (C) deve ser elaborado e autorizado para um determinado período de tempo, geralmente um ano.
 - (D) deve ter itens de receita reservados para atender a certos gastos.
 - (E) não pode ser único, dada a complexidade das finanças públicas.
46. Dentro do ciclo orçamentário, a fase de aprovação é de competência do
- (A) Poder Judiciário.
 - (B) Tribunal de Contas.
 - (C) Banco Central.
 - (D) Poder Legislativo.
 - (E) Poder Executivo.

47. De acordo com a Lei nº 4.320, de 1964, não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem
- (A) conceder dotação para funcionamento de serviço anteriormente criado.
 - (B) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.
 - (C) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, mesmo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta.
 - (D) conceder dotação para instalação de serviço anteriormente criado.
 - (E) conceder dotação para o início de obra, ainda que o projeto esteja aprovado pelos órgãos competentes.
48. No que diz respeito à previsão da receita pública, prevista da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),
- (A) a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo será admitida se aprovada na Comissão Orçamentária.
 - (B) as previsões de receita serão acompanhadas da projeção para os dois anos seguintes àquele a que se referirem sem, no entanto, levar em conta sua evolução nos últimos anos.
 - (C) as previsões de receita considerarão os efeitos das alterações na legislação.
 - (D) as previsões de receita não considerarão os efeitos da variação do índice de preços ou do crescimento econômico.
 - (E) o montante previsto para as receitas de operações de crédito deverá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
49. A Dívida Ativa é composta por todos os créditos do ente público,
- (A) de natureza não-tributária apenas, sendo incluídos no mês seguinte ao fato que os gerou.
 - (B) de natureza tributária apenas, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento.
 - (C) de natureza tributária apenas, sendo incluídos no mês seguinte ao fato que os gerou.
 - (D) sejam eles de natureza tributária ou não-tributária, sendo incluídos no mês seguinte ao fato que os gerou.
 - (E) sejam eles de natureza tributária ou não-tributária, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento.

50. Na classificação orçamentária da receita pública, chamamos de receita patrimonial aquela

- (A) gerada de recursos financeiros recebidos de outras entidades públicas ou privadas e que se destinam a cobrir despesas correntes.
- (B) resultante da ação direta do Estado em atividades comerciais, industriais ou agropecuárias.
- (C) proveniente de atividades caracterizadas pelas prestações de serviços financeiros.
- (D) obtida pelo Estado quando este aplica recursos em inversões financeiras, ou as rendas provenientes de bens de propriedade do Estado.
- (E) proveniente das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

51. Restos a pagar são

- (A) despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro.
- (B) acertos decorrentes de revisões de contrato de licitação.
- (C) créditos incluídos na Dívida Ativa.
- (D) dívidas de prazo superior a um ano.
- (E) despesas que não ocorrem o ano todo, como o décimo terceiro de funcionários.

52. De acordo com o Decreto Municipal nº 5.2078, de 2011, do Município de São Paulo,

- (A) o sistema SOF passa a ser utilizado para a execução orçamentária, financeira e contábil das Unidades Orçamentárias da Administração Direta, mas não da Indireta e Empresas Dependentes.
- (B) o usuário do Sistema SOF será o agente público cadastrado responsável somente pelas consultas de documentos.
- (C) a manutenção e operação do ambiente computacional do Sistema SOF, inclusive dos servidores e bancos de dados, será de responsabilidade de empresa a ser contratada por licitação pública.
- (D) a manutenção e operação do ambiente computacional do Sistema SOF, inclusive dos servidores e bancos de dados, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.
- (E) ficou instituído o Plano de Contas Único da Prefeitura do Município de São Paulo, a ser utilizado no Sistema SOF pelos órgãos da Administração Direta, Indireta e Empresas Dependentes.

53. A Prefeitura Municipal de São Paulo contratou empresa, por meio de regular licitação, para prestação de serviço de limpeza no prédio da Prefeitura. Durante o prazo contratual, Fulano, funcionário dessa empresa terceirizada, que trabalhava na Prefeitura e foi demitido, ajuíza ação trabalhista contra a empresa e contra o Município, postulando várias verbas trabalhistas referentes ao período contratual, comprovadamente devidas. Nessa situação, segundo o entendimento do STF a respeito do que dispõe a Lei nº 8.666/93, é correto afirmar que

- (A) o Município é responsável direta e objetivamente pelas verbas trabalhistas devidas, devendo, oportunamente, obter o devido ressarcimento da empresa terceirizada.
- (B) o Município responde pelas verbas trabalhistas devidas caso tenha agido culposamente, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da terceirizada.
- (C) o Município é responsável solidário com a empresa terceirizada pelas verbas trabalhistas devidas.
- (D) o Município não é responsável por qualquer verba trabalhista, em nenhuma hipótese, sendo a empresa terceirizada a única responsável pelos débitos.
- (E) o Município responde, automaticamente, pelos débitos em razão do inadimplemento das verbas trabalhistas devidas pela empresa terceirizada em razão da sua responsabilidade objetiva.

54. Determinada Prefeitura contratou, diretamente, sem licitação, dois profissionais: (i) cantor famoso consagrado pela opinião pública, para o show de aniversário da Cidade; e (ii) advogado renomado para o patrocínio de causa judicial complexa de relevante interesse do Município. Considerando o disposto na Lei nº 8.666/93 a respeito dessas contratações, é correto afirmar que

- (A) a primeira contratação pode ser considerada legal, por dispensa de licitação, mas a segunda é ilegal, uma vez que a defesa jurídica do Município é de competência exclusiva dos Procuradores Municipais.
- (B) a primeira contratação foi ilegal, já que deveria ter sido feita por licitação, enquanto que a segunda foi legal, por ser caso de inexigibilidade de licitação.
- (C) ambas as contratações diretas podem ser consideradas legais, por inexigibilidade de licitação, desde que atendidos os requisitos legais.
- (D) ambas as contratações diretas podem ser consideradas legais, por dispensa de licitação, desde que atendidos os requisitos legais.
- (E) ambas as contratações são ilegais, já que deveriam ter sido feitas por meio de licitação, não sendo caso de dispensa ou de inexigibilidade.

- 55.** Segundo o que dispõe, expressamente, a Lei Municipal nº 13.278/2002, a competência para autorizar a abertura de procedimento licitatório será
- (A) do gestor público nomeado para essa função em cada órgão municipal da Administração direta ou na indireta, não podendo ser delegada.
 - (B) do chefe da repartição pública interessada, seja na Administração direta ou na indireta, não podendo ser delegada.
 - (C) dos Secretários Municipais ou de autoridades de nível equivalente na Administração indireta, autárquica e fundacional, podendo ser delegada.
 - (D) do Prefeito Municipal na Administração direta ou dos Superintendentes na Administração indireta, autárquica e fundacional, podendo ser delegada.
 - (E) do Prefeito Municipal na Administração direta ou dos Superintendentes na Administração indireta, autárquica e fundacional, não podendo ser delegada.
- 56.** A empresa “X” presta dois tipos de serviços ao Município de São Paulo por meio de dois contratos distintos. No primeiro, a referida empresa acabou sendo declarada inidônea como pena imposta no procedimento licitatório. Nessa hipótese, segundo o que estabelece a Lei Municipal nº 13.278/02, com relação ao segundo contrato administrativo, é correto afirmar que
- (A) a declaração de inidoneidade da empresa “X” implicará a rescisão unilateral do segundo contrato, ainda que em decorrência de falta cometida em outro procedimento administrativo.
 - (B) a penalidade imposta no primeiro contrato, nessa hipótese, não poderá afetar o segundo contrato, em razão do ato jurídico perfeito e do princípio da continuidade do serviço público.
 - (C) a empresa “X” terá o direito de continuar prestando serviço para o Município, uma vez que a penalidade imposta no primeiro não pode afetar o seu direito adquirido no que diz respeito ao segundo contrato.
 - (D) não poderá ocorrer a rescisão do segundo contrato em razão da penalidade decorrente do primeiro, vez que a pena imposta não está prevista em lei como hipótese de rescisão unilateral.
 - (E) o segundo contrato somente poderia ser rescindido pelo Município se a pena imposta no primeiro fosse a de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública.
- 57.** Nos moldes da Lei Federal nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas), assinale a alternativa correta a respeito do contrato de eficiência.
- (A) O contrato de eficiência terá por objeto a contratação de pessoa física ou jurídica, apenas para a realização de obras, com o objetivo de proporcionar a maior economia possível ao contratante.
 - (B) No julgamento pelo maior retorno econômico, utilizado para a celebração de contratos de eficiência, será levada em conta a proposta que oferecer a execução no menor prazo possível.
 - (C) As propostas serão consideradas de forma a selecionar a que oferecerá o menor preço para a Administração Pública na execução do contrato administrativo.
 - (D) O contrato de eficiência terá por objeto a prestação de serviços, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, sendo o contratado remunerado com base em percentual da economia gerada.
 - (E) Em razão de sua finalidade temporária e específica, somente será admitido para as contratações em nível federal, não podendo ser utilizado para contratações em licitações em âmbito estadual ou municipal.
- 58.** Nos moldes do Decreto Municipal nº 43.406/2003 (que dispõe sobre o sistema eletrônico municipal de licitações e disciplina o pregão realizado por meios eletrônicos), na sessão pública do pregão eletrônico, se o licitante que ofereceu a proposta ou lance de menor valor desatender às exigências de habilitação,
- (A) deverá ser designada nova data para o pregão eletrônico, saindo devidamente intimados da sessão todos os licitantes, mas não será admitido o ingresso de novos participantes no novo pregão.
 - (B) será habilitado, automaticamente, a proposta ou o lance subsequente, ficando o licitante inabilitado sujeito à pena de suspensão de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até 5 anos.
 - (C) o pregão será anulado e o licitante inabilitado será multado e responsabilizado pelos custos da realização de um novo pregão eletrônico, não podendo, ainda, participar da nova licitação.
 - (D) deverá ser designada nova data para o pregão eletrônico, saindo devidamente intimados da sessão todos os licitantes, hipótese em que será admitido o ingresso de novos participantes no novo pregão.
 - (E) o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

- 59.** Segundo o Decreto Municipal nº 56.144/2015, realizar o registro de preços para as compras e serviços comuns a todos os órgãos e entidades municipais, compete
- (A) à Secretaria Municipal de Administração.
 - (B) ao Conselho Gestor Administrativo Municipal.
 - (C) à Secretaria Municipal de Gestão.
 - (D) ao órgão gerenciador instituído junto à Secretaria da Casa Civil.
 - (E) ao órgão gestor administrativo que funcionará junto ao Gabinete do Prefeito Municipal.
- 60.** Nos termos do artigo 10 do Decreto Federal nº 6.170/2007, “as transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas, decorrentes da celebração de convênios e contratos de repasse, serão feitas exclusivamente por intermédio de instituição financeira oficial, federal ou estadual, que poderá atuar como mandatária da União para execução e fiscalização.” Nesse sentido, com base no disposto no referido decreto, se constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da prestação de contas e comprovação de resultados,
- (A) o gestor do contrato deverá representar a organização da sociedade civil ao juiz competente para instauração do respectivo processo criminal.
 - (B) a Administração Pública poderá, a seu critério, conceder prazo de até 45 dias para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
 - (C) o responsável deverá ser, imediatamente, denunciado ao Ministério Público pelo crime de apropriação indébita.
 - (D) o responsável pela irregularidade ou inadimplência será punido com a pena de suspensão de contratar com o poder público pelo prazo de até 10 anos.
 - (E) caberá ao representante do Ministério Público instaurar o competente processo administrativo para apuração da respectiva responsabilidade da organização da sociedade civil.

